

## ATA Nº 246/2020

1 Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, através  
2 de vídeoconferência, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o  
3 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do  
4 presidente, o conselheiro: André Pinto Dalcarobo (titular da APP). Estando presentes: a  
5 secretária: Luciane Ferreira Medeiros (titular da Secretaria de Assistência Social), os  
6 conselheiros de direito, representantes da sociedade civil e governamentais: Dafna Correa  
7 Rodrigues (titular da AJL), Eliezer Marques Costa (titular do Grupo Escoteiro Carijós), Fabíola  
8 Koenig Soares (suplente da Secretaria de Educação), Fabrício Corrêa Rosa (titular da Polícia  
9 Militar), Hamilton Gomes de Sousa (suplente da APAE), Rosa Maria Machado Silveira (Titular  
10 do CEACA) e Rosineti Cardoso da Rosa (titular do Clube Esperança). Ainda estiveram  
11 presentes: Guilherme Cechelero (assessor de rede), Priscila Alves Viana Pires (Conselheira  
12 Tutelar) e Alessandra Pascoali (controle interno). André inicia a reunião reforçando o item um  
13 em pauta: Lembrar aos conselheiros realizar as assinaturas nas atas e listas de presença das  
14 reuniões virtuais anteriores; André explica que metade dos conselheiros são governamentais e  
15 trabalham ou passam direto na prefeitura, podendo passar no CMDCA, bem como pede que  
16 igualmente os conselheiros das entidades também passem no CMDCA para realizar as  
17 assinaturas, pois é uma observação feita constantemente pela secretária executiva de que já tem  
18 muitas documentações com assinaturas faltantes. André passa ao item dois da pauta: Informar  
19 justificativa dos conselheiros faltantes; André passa a palavra à Sabrina, que explica que recebeu  
20 até então somente a justificativa das Conselheiras da saúde Fernanda Firmino e Dorimá, que  
21 estariam em atendimento e não poderiam participar. André diz que esse envio de justificativa e a  
22 observância das faltas se faz de acordo com o Regimento interno do CMDCA, e reforça aos  
23 presentes que há um controle sobre as faltas. André passa ao item três em pauta: Reforço informe  
24 recebimento de e-mails: do CEDCA, do Silmar Balbinot, da CPL Software, da Fernanda Rocha -  
25 Editora Amigos; André passa a palavra à Sabrina. Sabrina informa que é exatamente o que está  
26 disposto na pauta: apenas reforçar que os materiais recebidos no e-mail oficial do CMDCA estão  
27 sendo repassados para os conselheiros através de e-mail, e explica que o material é de interesse  
28 tanto das entidades governamentais e governamentais. André faz a observação que a leitura dos  
29 e-mails recebidos já deveriam ter sido feitas pelos conselheiros, e abre a palavra para discussões  
30 sobre esse assunto. Não havendo, André passa ao item quatro em pauta: Reforçar que foram  
31 recebidos os relatórios de atendimento da APAE e CEACA do mês de julho já repassados aos  
32 conselheiros e disponíveis na página do CMDCA, no site da prefeitura; André diz que como já  
33 está explicando na pauta: as documentações recebidas já se encontram na página do CMDCA, no  
34 site da prefeitura, e diz que é importante esse encaminhamento mensal dos relatórios por parte  
35 das entidades e pede que os serviços governamentais também façam o mesmo, pois o pedido  
36 encaminhado pelo CMDCA foi de ações que estão sendo efetuadas em período de isolamento  
37 social, e diz que é importante encaminhar para conhecimento do CMDCA do que está sendo  
38 feito. Luciane pede que formalizem esse pedido, pois entenderam que não foi pedido mês a mês  
39 enquanto durar a pandemia e sim naquele período onde houve o isolamento social. André  
40 questiona ao assessor se solicitam essas informações através de ofício ou podem formalizar  
41 através de Resolução. Guilherme orienta que esse envio seja bimestral ou até trimestral e não  
42 mês a mês, para tirar uma média melhor. Guilherme diz que fará uma provocação ao CMDCA:  
43 de que vai adiantar as Organizações não governamentais ou governamentais, sejam as  
44 secretarias, encaminharem os seus relatórios se o CMDCA não parar para analisar?! Não  
45 acompanhar esses números?! Somente para deixar arquivado na Secretaria do conselho.  
46 Guilherme orienta que se o CMDCA faça a leitura desses números e lembra que, segundo o  
47 art. 88 do ECA o CMDCA não é órgão fiscalizador, mas sim controlador, e diz que se o CRAS  
48 encaminhar mensalmente o CMDCA fará a análise mensalmente, e reforça que mandar por  
49 mandar não resolve, é a mesma coisa que dizer que recebeu o e-mail mas não leu. Guilherme  
50 reforça que é necessário o CMDCA como um grupo, em conjunto, analisar essa informação

51 recebida. André diz que a seu ver as entidades deveriam encaminhar bimestralmente, porém joga  
52 o debate para a plenária: se é necessário confeccionar ofício solicitando ou Resolução e vindo  
53 essa relatoria, como será a forma de análise?! Dafna questiona se querem olhar para esses  
54 números buscando o que?! Se é para saber quais projetos na área da infância e adolescência estão  
55 precisando. Dafna observa que o CEACA atende um público, a APAE outro e diz que se seria  
56 para fiscalizar esses atendimentos que estariam sendo feitos, pois com relação aos projetos que  
57 estão sendo executados já existe uma comissão própria pra isso, que é a Comissão de  
58 fiscalização. Dafna diz que não só os não governamentais, mas também os governamentais.  
59 André concorda, e relembra que foi encaminhado pelo CMDCA ofício para a farmácia básica,  
60 pois chegou ao conhecimento do conselho que não teriam remédios necessários para tratar  
61 crianças, principalmente no período de pandemia e explica que assim, havendo a cobrança de  
62 informação pelo CMDCA, as farmácias se organizam para manter o estoque em dia, irão buscar  
63 uma solução, pois gera a preocupação e diz que dará mais seis minutos para debaterem esse  
64 assunto e passa a palavra a Guilherme. Guilherme diz que não recorda dessa questão, e diz que  
65 são muitos conselhos os quais ele assessora, porém explica que há em alguns conselhos a  
66 Comissão de Análise e Diagnóstico, que faz o que seria o ideal: a Comissão recebe esses dados,  
67 pois explica que não é preciso haver discussão na plenária, pois na plenária pode haver pautas  
68 emergenciais, podem ter assuntos que geram discussões, podem gerar alguns atritos, e explica  
69 que por isso existem as comissões: para as informações já virem mastigadas para a plenária,  
70 Guilherme diz que a Comissão é quem irá analisar, diagnosticar para chegar à plenária e  
71 exemplifica: a comissão analisando o relatório identificou isso na área de esporte, ou na área de  
72 educação, para a plenária já receber as linhas analisadas, já com ideias de encaminhamentos, e  
73 observa que o CMDCA é soberano em suas decisões, explicando que caso queiram reanalisar  
74 nada o impede. André observa que o CMDCA tem uma carência de Comissões, de conselheiros  
75 atuantes. André questiona se essa questão não poderia ser encaminhada a uma comissão já  
76 existente, como a do FIA. Priscila disse que no ano anterior havia um grupo que ficou de fazer  
77 essa análise, onde eram integrantes: A Karla, que não foi reeleita como conselheira tutelar, o  
78 Marquinhos da AJL, a Alessandra Francioni da SAS e diz que como alguns saíram o grupo se  
79 perdeu, e afirma que já esteve presente em alguma reunião. Guilherme diz que não cabe à  
80 Comissão do FIA esse tema, pois a essa comissão é atribuição discutir questões relacionadas ao  
81 FIA, como o contato com os contadores, comunidade, mobilizar o restante dos conselheiros do  
82 CMDCA, e afirma que já tem bastante atribuições portanto reforça que não caberia. Dafna  
83 sugere que essa Comissão possa se encontrar trimestralmente, para não ficar pesado para os  
84 conselheiros. André diz que houve uma proposta pela conselheira Dafna. Rosa explica que  
85 mesmo o encontro sendo trimestral é uma sobrecarga grande do CMDCA e diz que ela não  
86 conseguirá acompanhar, e explica que a sua preocupação é ter gente para dar a continuidade,  
87 pois estão tendo muitos encontros, diz que teve reunião da comissão de normas terça, teve  
88 ordinária hoje e terá outra amanhã. Fabíola questiona se terá outra do CMDCA amanhã. Rosa  
89 nega e explica que é de comissão relacionada ao Conselho. Eliezer sugere que façam uma  
90 reunião extraordinária exclusiva para analisar os dados encaminhados das entidades quando  
91 necessário. André diz que como órgão controlador acha essa discussão de suma importância, e  
92 questiona quem é favorável em criar uma comissão para a análise. Dafna e Luciane se  
93 manifestam. André questiona quem é favorável em discutir em extraordinária. A maioria dos  
94 conselheiros concordam. André sugere confeccionar resolução solicitando o envio bimestral  
95 pelas entidades governamentais e não governamentais das ações realizadas a ser determinada  
96 data limite posteriormente. Rosa diz que na Resolução já devem determinar o prazo. André pede  
97 auxílio à Luciane e Rosa, pela experiência, de como seria o fechamento de datas. Rosa sugere  
98 que de três em três meses: se fecha as ações em março, ter até 10 de abril para encaminhar.  
99 André questiona se o relatório será trimestral ou bimestral. Rosa diz que pode ser bimestral,  
100 porém sugere que se a entidade perder o prazo será notificada. André diz que em dezembro fica  
101 complicado analisar, depois terá a primeira reunião do CDMCA em fevereiro. Luciane questiona  
102 qual a data que as entidades possuem para fazer e diz que até o dia 10 conseguem fazer. Rosa diz

103 que até o dia 31 de cada mês. Luciane diz que com base no serviço de convivências, os  
104 professores têm até o primeiro dia útil do mês para os professores entregarem seus relatórios para  
105 Tatiana. André confirma se o prazo para encaminhar o relatório ficou bimestral. Luciane e Rosa  
106 confirmam. Conselheiros concordam. André diz que a redação da Resolução ficou: as entidades  
107 devem encaminhar bimestralmente ao CMDCA o relatório das ações realizadas com crianças e  
108 adolescentes, a ser entregue até o dia 10 do mês subsequente. Conselheiros concordam por  
109 maioria dos votos. André passa ao item cinco em pauta: Reforçar informe sobre o recebimento  
110 de ofícios, e passa a palavra a Sabrina. Sabrina reforça que encaminhou todos os ofícios através  
111 de e-mail e whatsapp no decorrer que foi recebendo e reforça que foram recebidos: n.º 174/20 da  
112 Polícia Civil, em resposta ao ofício encaminhado n.º 54/CMDCA/2020, que solicitou  
113 representantes da Polícia Civil no Comitê Gestor; n.º 183/2020 do Prefeito, em resposta ao of.  
114 encaminhado n.º 56/CMDCA 2020, que solicitou resposta escrita sobre repasse de recursos FIA  
115 às entidades em ano eleitoral; n.º 05/2020 da Secretaria de Educação, em resposta ao of. n.º  
116 58/CMDCA/2020; que solicitou presença efetiva das conselheiras representantes da educação ou  
117 indicação de novos conselheiros; n.º 381/2020 do MP, em resposta ao of. n.º 57/CMDCA/2020,  
118 que solicitou a relação das multas encaminhadas para o FIA - Fundo da infância e adolescência  
119 de Capivari; n.º 05/2020 do Controle Interno, em resposta ao of. n.º 55/CMDCA/2020, que  
120 solicitou resposta sobre o Grupo Escoteiro; André diz que sobre a resposta negativa da Polícia  
121 Civil em encaminhar um representante, reforça que esteve pessoalmente falando com o delegado  
122 de polícia, que teria prometido verbalmente que encaminharia um integrante, porém informou  
123 através do ofício que não teria. André diz que o Comitê estava aguardando a indicação, porém  
124 agora tocará os trabalhos sem o representante da Polícia Civil. Com relação ao ofício  
125 encaminhado pelo executivo, André observa que sobre esse assunto foi feita reunião com o  
126 prefeito e equipe técnica, também com a presença de representantes das entidades: AJL e  
127 CEACA e reforça que sobre o que foi discutido foi reduzido a termo através de parecer técnico  
128 jurídico confeccionado e assinado por ele enquanto advogado. André diz que difere ao que foi  
129 debatido e sustentado, e explica que isso na área jurídica seria o chamado: embargos de  
130 declaração, pois não combate todos os argumentos e documentos apresentados pelo conselho, e  
131 diz que o CMDCA fez o que pôde fazer até o momento. André sugere que as entidades se unam  
132 e verifiquem essa questão em conjunto, pois será uma questão que pode se repetir em outros  
133 anos. André diz que entende que essa questão não pertine à prefeitura e sim ao TCE dizer se  
134 pode ou não pode e diz que o próprio CONANDA vem de encontro dizendo que o FIA é um  
135 fundo especial. André questiona se Guilherme tem alguma sugestão, e reforça que a sua é que as  
136 entidades entrem juridicamente. André diz que segundo o prefeito baseou sua decisão no jurídico  
137 da AMUREL e FECAM. André diz que com relação à resposta do MP de que não houve  
138 pagamentos esse semestre também difere ao que consta na prestação de contas, e ao que vem  
139 acompanhando de movimentação enquanto presidente, pois há pagamentos. André observa que  
140 quanto ao recurso do Grupo Escoteiro a resposta do controle interno é que está sendo devolvido  
141 ao FIA. André diz que esses foram os seus comentários sobre os ofícios que foram recebidos e  
142 abre a palavra aos conselheiros. Rosa explica que não entrará através do jurídico e que irão  
143 aguardar passar o ano eleitoral para depois solicitar o repasse do recurso para a continuação da  
144 obra. Rosa observa que o CMDCA fez tudo o que pôde fazer, porém reforça que irão aguardar,  
145 pois já esperaram quase um ano, portanto esperarão mais três meses. Rosa informa que leu a  
146 última ata, onde o conselheiro Vitor expôs o relatório da Comissão de fiscalização, dizendo que  
147 o projeto está quase pronto e diz que discorda, pois não está, e observa que a ENGIE repassou  
148 apenas R\$ 50.000,00 ao FIA, um valor menor do que o inicial solicitado, e observa ainda que o  
149 projeto não é somente a construção do espaço físico, mas sim pronto equipado para a execução  
150 das atividades. Hamilton observa que também há recurso disponível para a entidade, de  
151 parlamentares, que também está sendo bloqueado baseando-se no mesmo motivo, e quando  
152 questionados do por que essa retenção o pessoal da prefeitura não sabe responder e a entidade  
153 não sabe a quem recorrer, a quem buscar e explica que ficam perdidos nesse sentido. Guilherme  
154 diz que nesse momento é uma decisão das ONGs e observa que há uma decisão errônea do

155 município e que, por sua experiência em outros conselhos, tem conhecimento que em outros  
156 conselhos estão repassando normalmente o recurso. Guilherme observa que o CMDCA já  
157 encaminhou ofício, já fez reunião e diz que não pode contribuir muito. André diz que tem sua  
158 interpretação jurídica, e explica que não está apontando o prefeito, mas a equipe técnica que o  
159 está assessorando. André passa ao item seis: Informe encaminhadas as informações para o  
160 CEDCA, sobre os delegados eleitos na Conferência Municipal; André explica que o CEDCA  
161 solicitou informação sobre os delegados eleitos na Conferência que foi realizada em 2018 e  
162 passa a palavra à Sabrina. Sabrina diz que a informação que o CEDCA passou é que a  
163 Conferência Estadual será realizada na semana do dia 12 de outubro, com aproximadamente 2  
164 horas de duração a cada dia, e informa que lembrou os conselheiros através do whatsapp quais  
165 foram os delegados eleitos em 2018, sendo que participarão da Conferência Estadual: Luciane  
166 Ferreira Medeiros – Governamental, Rosilene Costa Antônio – Não governamental, pois é a  
167 suplente da Elizabeth, que não está mais no conselho, Jamily Luciano – Adolescente e Giselle  
168 Paes Horácio – da rede de atendimento, que atuava no CRAS em 2018 e hoje está atuando em  
169 Tubarão, porém afirmou ter interesse em participar. Luciane questiona se não era a Geysa.  
170 Sabrina explica que Geysa é suplente, porém também informou que está atuando no município  
171 de Tubarão. Sabrina relata que tiveram interesse em participar da Conferência Nacional a  
172 adolescente: Jamily e a representante da rede: Giselle, as quais enviaram os seus vídeos de até  
173 dois minutos que foram também encaminhados para conhecimento no grupo de whatsapp. André  
174 parabeniza a Secretária Executiva por essa movimentação em realizar a resposta ao CEDCA.  
175 Mário e Vitor justificam suas ausências no grupo de Whatsapp. Guilherme faz a observação de  
176 que demoraram muito para fazer as etapas: Estadual e Nacional, porém não cabe ao CMDCA  
177 discutir sobre isso, mas diz que a única observação é que foi mencionado que uma das  
178 participantes não atua mais no município e questiona se levando em consideração essa  
179 informação que não tem mais vínculo, leva a reflexão: sim ela foi eleita pela plenária da  
180 Conferência em 2018, porém essa vaga é de Capivari e não dela, visto isso não haveria outra  
181 pessoa que atue e que teria interesse. André diz que houve consulta ao CEDCA e seguindo as  
182 orientações do CONANDA o CMDCA é deliberativo para decidir essas questões. Rosa diz que a  
183 Giselle está sempre participando de questões em Capivari, e informa que ela é bem atuante e  
184 concorda com a sua participação. Conselheiros concordam. André afirma que fica ratificada a  
185 participação da delegada pela plenária. André passa ao item sete em pauta: Deliberar sobre os  
186 três orçamentos para pagamento da capacitação referente ao programa: “família acolhedora” com  
187 recursos do FIA; André lembra que a capacitação foi aprovada perante a TAC do MP, onde foi  
188 decidido que no primeiro ano o FIA iria custear algumas questões relacionadas à Família  
189 Acolhedora, portanto foram recebidas: a solicitação de compra direta através do FIA, com os três  
190 orçamentos para a capacitação da Família Acolhedora, segundo o documento através da Maira  
191 de Sousa, e questiona se deliberaram pela contratação da capacitação da família acolhedora.  
192 Sabrina observa que deve informar o valor e o executante. Dafna informa que o valor é de R\$  
193 5.600,00 (cinco mil e seissentos reais), sendo a contratada: Neusa Eli Figueiredo Cerutti. André  
194 questiona se os conselheiros aprovam a contratação da capacitação para a Família acolhedora  
195 com os recursos do FIA, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seissentos reais). Conselheiros se  
196 manifestam. André diz que fica aprovado por maioria de votos, devido ao conselheiro Eliezer  
197 estar com problemas técnicos que o impediram de se manifestar. Guilherme observa que como o  
198 recurso é do FIA é importante saber quando será essa formação, ter o retorno: o que a formação  
199 acrescentou e diz que não conhece a profissional, mas pedir o que irá acrescentar essa  
200 capacitação. André diz que passa para a Comissão de fiscalização verificar. André faz a  
201 observação de que na justificativa consta que a escolha se deu por ter o menor preço/valor,  
202 porém informa que pesquisou e analisou os currículos e que foi pesquisar quem são os  
203 profissionais, e orienta que não busquem somente pelo menor preço, mas também a qualidade, e  
204 explica que na Educação já aconteceu de contratar empresa para confeccionar uniformes  
205 escolares e ela nem existir. André pede que fique registrada a sua fala. André passa ao item oito:  
206 Informe andamento das reuniões das reuniões do Comitê Gestor; André diz que está presente no

207 Comitê Gestor e informa que houve uma paralização dos encontros, pois estavam aguardando a  
208 indicação do representante da Polícia Civil, porém que estão retomando e informa que terão a  
209 reunião do grupo na sexta-feira – 28/08. Guilherme pede que deixe registrado que também  
210 participa das reuniões do Grupo Gestor. André observa que o Guilherme está assessorando em  
211 todas as comissões e grupos de trabalho. André passa ao item nove em pauta: Deliberar sobre a  
212 revogação da resolução de n.º 218/2020 do CMDCA que inclui a polícia civil como membro do  
213 Comitê Gestor; André explica que devido à negativa da polícia civil em encaminhar o  
214 representante, devem deliberar se revogam então a Resolução que incluiria esse representante, ou  
215 buscam outras ações. Conselheiros aprovam a revogação por maioria de votos. André observa  
216 que a conselheira Rosinetti e Eliezer estão com problemas técnicos não sendo possível responder  
217 à votação. Dafna informa que a conselheira Patrícia está tentando entrar na reunião sem sucesso,  
218 e que a informou para não se preocupar, pois estão com quórum. Guilherme diz que ao deliberar  
219 e fazer uma resolução o CMDCA está dizendo: cumpra-se, e explica que há dois tipos de  
220 conselhos: o consultivo e o deliberativo, e este conselho está dizendo: faça-se, e explica que  
221 quando o CMDCA delibera pelo encaminhamento de representante e a polícia civil e este oficia  
222 que não pode participar, não podem obrigar a participação da entidade, porém ao revogar a  
223 resolução estão tirando a responsabilidade da Polícia Civil. Guilherme exemplifica: vou a um  
224 restaurante e peço um copo d'água, aí a pessoa responde que tem pouca água no estoque, tudo  
225 bem, mas você ainda quer a água. Guilherme diz que revogar é um ato político que o CMDCA  
226 está fazendo e exemplifica que da mesma forma é se deliberarem para que as entidades  
227 encaminhem os dados bimestralmente e elas não encaminhem, e decidir que por isso revogam  
228 a resolução. Rosa diz que tem no Regimento do CMDCA que as entidades têm que participar das  
229 comissões. Sabrina diz que essa é outra questão, e observa que a polícia civil já não participa do  
230 CMDCA. André recorda Rosa que a solicitação para a polícia civil era para participar do Comitê  
231 Gestor. Rosa diz que estava entendendo que eles não participavam de Comissão, e não havia  
232 entendido que era do Comitê. André diz que está cansado de colocar os assuntos e não ter  
233 retorno, e diz que a participação no comitê é de suma importância, pois é esse comitê que tratará,  
234 por exemplo: da violência sexual da criança e do adolescente. André abre a palavra para  
235 discussão. Fabíola questiona se não podem fazer uma carta, não um ofício formal, mas uma carta  
236 não oficial, frisando a importância da participação da polícia civil nesse comitê. Luciane diz que  
237 o presidente anterior: Eliezer também já realizou falas com as polícias, tanto civil quanto militar,  
238 porém eles têm dificuldade na participação devido às demandas. Luciane diz que olhando a pauta  
239 não se atentou, e pede que deixe registrado que há a dificuldade na participação por parte de  
240 todas as entidades e diz que após a explicação não concorda com a revogação. Rosa e Fabíola se  
241 manifestam no mesmo sentido. Demais conselheiros concordam em não revogar a Resolução.  
242 André diz que o que o revolta é por já ter falado com o delegado pessoalmente, que o informou  
243 que encaminharia o representante ao Comitê. André informa que no momento que esteve na  
244 delegacia estavam trabalhando em isolamento, porém entrou por trás, por ser conhecido e reforça  
245 que após concordar que ia encaminhar veio essa resposta negativa no ofício. André questiona se  
246 poderiam fazer uma nota de repúdio direcionada a Polícia civil, pois oficiar já foi feito. Luciane  
247 diz que devem deixar registrado em ata a preocupação da não participação da Polícia Civil e a  
248 importância de participarem. Rosa concorda, e diz que se lá na frente precisar estará registrado  
249 em ata. André questiona qual o posicionamento do Fabrício e observa que a solicitação de  
250 participação no grupo surgiu devido à polícia civil ser a porta de entrada do registro dos crimes,  
251 por exemplo, de violência sexual. Fabrício diz que a Polícia Civil é uma instituição séria e  
252 responsável, que hoje é comandada pelo Vandilson, e explica que a polícia militar de Capivari  
253 possui hoje 25 policiais, e que acredita que a polícia civil tem menos que a metade desse número,  
254 relata que também gostaria que participassem das reuniões, porém diz que sabe das limitações de  
255 pessoal efetivo e também por terem demandas muito grandes, entende a impossibilidade de  
256 participação e diz que o comandante Vandilson é pessoa de extrema retidão e diz que acompanha  
257 a decisão dos demais conselheiros. André diz que fica decidido então que irão apenas registrar  
258 em ata o motivo da não revogação da resolução proposta: que hoje não é possível, porém

259 futuramente a polícia civil possa estar participando e acrescenta que foi deliberado pela maioria  
260 dos conselheiros pela não revogação da resolução n.º 218/2020. André passa ao item dez em  
261 pauta: Relatoria das demandas providas da Comissão do FIA do CMDCA. André explica que  
262 na comissão estão confeccionando uma planilha de ações com propostas para o próximo biênio:  
263 2021/2022. André explica que a comissão está se reunindo mensalmente e que o cronograma das  
264 próximas reuniões do FIA já foi encaminhado aos integrantes. André diz que na última reunião  
265 observou a falta de integrantes para atuar dentro da comissão do FIA e questiona se há  
266 conselheiros interessados em entrar e contribuir com os trabalhos da comissão. André pede o  
267 auxílio da Luciane, que informou que está de licença, porém está participando, pede contingente,  
268 e diz que pode haver voluntariado ou podem realizar o ingresso através de votação. Dafna diz  
269 que se coloca à disposição caso precise, e observa que deve haver a paridade. André explica que  
270 precisam de estratégias de marketing. Dafna diz que da última reunião da comissão de normas já  
271 surgiu um assunto a ser debatido nesta comissão: de padronizar a forma de doações físicas,  
272 possibilitando direcionar para projetos de entidades. Fabrício diz que não entrará devido à  
273 questão de contingente, e explica que não participa das extraordinárias, pois a participação nas  
274 reuniões geraria horas-extras que não foram autorizadas. Fabíola se coloca à disposição para  
275 participar da Comissão do FIA. Sabrina relembra que entrarão na Comissão os titulares e  
276 suplentes, ou seja: Renata e Richarles. André confirma e diz que os presentes estão decidindo e  
277 que automaticamente os titulares e suplentes farão parte do FIA. Conselheiros concordam por  
278 unanimidade. André questiona Guilherme se tem alguma questão a pontuar. Guilherme nega.  
279 André lê item onze em pauta: Relatoria das demandas providas da Comissão de Normas e  
280 Documentos do CMDCA: Informe sobre a análise do of. n.º 04/2020 do Controle Interno,  
281 referente devolução de verbas do Grupo Escoteiro ao FIA; Deliberar sobre o envio de ofício para  
282 entidade com número excedente de faltas: SINTRESC; Deliberar sobre a sugestão de alteração  
283 da Res. n.º 02/2014 do CMDCA, com relação à digitalização do formulário de registro de  
284 entidades e programas e mudança de prazo (de 30 para 5 dias) para a entidade solicitar a revisão  
285 dos documentos encaminhados pela entidade ao CMDCA; Deliberar sobre a sugestão de período  
286 para registro/renovação das entidades, programas e projetos (proposto de até 5/10), para análise  
287 dos registros pela comissão (proposto até 15/10); para entrega e a análise das pendências pela  
288 comissão caso houver (proposto até 23/10); para deliberação da plenária sobre os registros  
289 aprovados (proposto na ordinária de 29/10); Deliberar sobre o parecer n.º 005/2020 da Comissão  
290 de Normas e Documentos do CMDCA que aprova a prestação de contas do FIA até 30 de junho;  
291 André explica que elencou os itens a serem discutidos, propostos pela comissão de normas e  
292 questiona Dafna se ela quer conduzir as discussões e propõe que abram discussões de cinco  
293 minutos para cada assunto. Dafna explica que sobre o primeiro informe a prefeitura encaminhou  
294 através do ofício o valor mensal que estão repassando, porém explica que os conselheiros  
295 ficaram em dúvida no of. 05/2020 do Controle interno sobre do que seria o valor de R\$ 32,07, se  
296 se trata de rendimento. Luciane diz que a Alessandra do Controle Interno está presente e pode  
297 responder. Alessandra explica que se tratam de juros de atraso por não ter sido pago no dia.  
298 Dafna passa ao próximo item: Deliberar sobre o envio de ofício para entidade com número  
299 excedente de faltas: SINTRESC; e observa que tinha outra secretaria que estava também com  
300 excesso no número de faltas, questionando qual era ao presidente. André diz que era a Secretaria  
301 de Educação, onde já foi encaminhado ofício e atualmente estão participando, estando presente a  
302 Fabíola. Dafna diz que a comissão trouxe a sugestão de oficializar a entidade sobre as faltas não  
303 justificadas e a educação oficializar novamente apontando as penalidades. André pontua que é  
304 questão disposta no regimento interno que se as não governamentais excedem pode ocorrer à  
305 perda da cadeira no conselho, e com relação à educação relembra que foi decidido que a partir de  
306 agora está sendo cumprido. André reforça que com relação às não governamentais pode haver a  
307 exclusão. Sabrina relembra que para haver a exclusão deve haver entidade suplente em respeito  
308 ao princípio da paridade, porém não existe no momento. André diz que fica aprovado  
309 encaminhar ofício pontuando a importância da participação do SINTRESC no CMDCA.  
310 Guilherme questiona qual cadeira o André representa. André responde que APP. Guilherme diz

311 que há resolução do CONANDA que possibilita que as APPs participem, por se tratar de  
312 município pequeno onde não há variedade de entidades. Guilherme diz que se têm pessoas da  
313 comissão analisando as documentações encaminhadas pelas APPs, é de se pensar a troca dessa  
314 instituição faltante por uma APP, e diz que se encaminham ofícios para a entidade e ela continua  
315 faltando é de se pensar essa troca. André questiona como é possível fazer sem ter o fórum.  
316 Guilherme explica que é uma provocação, e explica que já mencionou que o fórum é o  
317 movimento das entidades e diz que o ideal seria que as entidades tivessem encontros mensais.  
318 Guilherme explica que se há uma cadeira que está aberta, o fórum deve deliberar dessas APPs  
319 qual das APPs podem participar. Sabrina relembra que estão analisando as documentações  
320 justamente para realizar o fórum que está em atraso. Guilherme explica que o que não pode  
321 continuar é o CMDCA encaminhar diversos ofícios, e observa que a exclusão está disposta no  
322 Regimento. Guilherme diz que podem fazer um fórum extraordinário, ou um fórum geral das  
323 entidades. André diz que fica comprometido em fazer esse movimento com as entidades. Dafna  
324 passa ao item: Deliberar sobre o parecer n.º 005/2020 da Comissão de Normas e Documentos do  
325 CMDCA que aprova a prestação de contas do FIA até 30 de junho; Dafna explica que o parecer  
326 da Comissão de normas foi favorável a aprovação, pois conseguiram entender conforme foi  
327 disposto no relatório. Sabrina lembra os conselheiros de irem até o CMDCA assinar o parecer.  
328 Alessandra observa que já poderiam fazer uma programação de gastos, para abrir os editais e  
329 informa que no ano anterior tiveram o superávit de R\$156 mil. Alessandra diz que os R\$ 40 mil  
330 que são para o projeto chancelado do CEACA já foi descontado e diz que tem como saldo  
331 bancário disponível: R\$ 207.700,64. Guilherme diz que fica essa reflexão para a Comissão do  
332 FIA: do que adianta buscar mais arrecadação para o FIA se não tiverem programas e projetos.  
333 Guilherme observa que quanto mais dinheiro em caixa, menos proteção tem a criança e o  
334 adolescente. Dafna explica que nesse ano foram brecados devido à posição da administração de  
335 ser ano eleitoral. Dafna afirma que tem dinheiro e tem demanda a ser atendida. Guilherme diz  
336 que em Itajaí chegou a sobrar um milhão, e explica que enquanto isso há adolescentes que  
337 poderiam estar sendo atendidos indo para o tráfico. Alessandra sugere que a Comissão do FIA  
338 pense em trazer gente de fora para explicar como fazer projetos e explica que as entidades foram  
339 cobradas de fazer o relatório referente aos recursos devido à época de pandemia, foram  
340 orientados sobre a prestação de contas. Alessandra diz que outra questão é que recebeu  
341 questionamentos através de e-mail e ligação do Richarles da Associação Jorge Lacerda, onde  
342 perguntava se o presidente da ENGIE poderia direcionar aos projetos chancelados a verba que  
343 doou através da DARF. Alessandra explica que ela e Sabrina questionaram Patrícia e buscaram  
344 também o assessor Guilherme, que também orientou, e explica que responderam que não pode  
345 direcionar e diz que, por exemplo: se a pessoa quer doar para uma determinada entidade ela  
346 direciona diretamente à entidade e não ao FIA, se a pessoa quer direcionar a verba do FIA ao  
347 CEACA, isso tira o poder de decisão dos conselheiros. E diz que o Guilherme explicou que tira a  
348 legitimidade das decisões do CMDCA. Alessandra diz que é nova na prefeitura, que está nela há  
349 quatro anos e diz que aprendeu a analisar as contas com os conselheiros e solicita que Guilherme  
350 acrescente e a corrija caso necessite. Dafna explica que já respondeu ao Richarles que não  
351 podem fazer e o porquê que não dá. Alessandra diz que uma coisa é direcionar através de  
352 chancela que aí pode direcionar aos projetos das entidades. Luciane diz que precisará sair. André  
353 pede que conselheiros deliberem sobre a aprovação do parecer n.º 05/2020 da Comissão de  
354 Normas que aprova as contas até 30 de junho de 2020. Conselheiros aprovam por unanimidade.  
355 Fabrício sugere que tenham duas reuniões e que tenham um tempo menor: de 1h e meia por mês,  
356 pois hoje é feita em uma única manhã: das 8h30min às 11h30min. André explica que a previsão  
357 de término é às 11h30min, porém às vezes as discussões se estendem. André diz que quem tiver  
358 que sair fique à vontade. Sabrina observa que para os demais assuntos é necessário o quórum de  
359 1/3. André observa que ficaram cinco conselheiros. Guilherme afirma que o CMDCA salva  
360 vidas, o CMDCA aprova programas e projetos para os adolescentes que estão entrando na  
361 puberdade, que estão em crise psicológica, que estão atravessando mudanças que a própria  
362 adolescência traz, se meche com mais de R\$ 150 mil por ano, inclusive tem o poder de deliberar

363 coisas, e afirma que é muito importante a participação de todos e o entendimento que não é mais  
364 uma reunião de trabalho, mas que tem o poder de salvar vidas. Guilherme afirma que a reunião  
365 não deveria ser de três horas, mas o dia inteiro, para os assuntos serem bem debatidos.  
366 Guilherme diz que não adianta ter reunião de uma hora ou duas horas e ter fila de crianças e  
367 adolescentes esperando atendimento psicológico na saúde, por exemplo, ou esperando  
368 atendimento no CEACA, Grupo Escoteiro, nas entidades em geral. Guilherme observa que  
369 tiveram uma live recente com a presença de representantes do CEDCA e promotores, onde teve  
370 uma fala do promotor: Murilo Digiácomo que as reuniões do CMDCA deveriam ser semanais.  
371 Guilherme afirma que a reunião deveria durar muito mais tempo, são mensais, aproximadamente  
372 doze reuniões ordinárias por ano, fora as reuniões das comissões. Guilherme diz que, com todo o  
373 respeito, pegando a fala da conselheira Rosa: o CMDCA delibera tempo. Guilherme diz que os  
374 cantores sertanejos estão aí catando para incentivar a beber, e fica cada vez mais difícil defender  
375 as questões da família e diz que deveria ser prioridade da sociedade em geral. Guilherme diz que  
376 faz essa observação para não ter discussões sobre a diminuição de horas da reunião e achar que  
377 uma hora é o suficiente. Guilherme diz que a partir do momento em que a Secretaria indicou, ou  
378 a entidade deliberou pela pessoa estar presente na reunião do CMDCA é de responsabilidade  
379 dela participar pensando em salvar vidas e diz que alguns conselhos fazem reunião meia boca,  
380 rápidas, somente para cumprir. Guilherme observa que a não participação da Polícia civil talvez  
381 se dê por não serem cobrados. Guilherme diz que os conselheiros devem vir preparados para no  
382 dia da reunião do CMDCA se organizar para estar presente e contribuir. André diz que entende  
383 que é uma reflexão nacional, e diz que tem uma frase que utiliza: não tem sangue negro nas  
384 veias, mas tem nas mãos. André diz que com relação às representações governamentais a  
385 Secretaria de Educação foi convocada através da titular Renata no chat e e-mail e faz a  
386 observação que muitas vezes passam a mão por questões políticas, se é pra registrar a realidade,  
387 reforça que há muitas questões políticas envolvidas; Fabíola diz que irá solicitar a troca, e  
388 informa que quando foi avisada participou, e explica que com relação à última reunião foi  
389 conversado com Sabrina, e diz que entrou na sala às 7h30min, e reforça que irá pedir a troca para  
390 passar a ser a titular. André diz que não adianta somente a troca de suplente para titular, pois a  
391 suplente também tem que ser atuante e suprir o titular nos casos de ausência e sugere que se  
392 possível busque com a Secretária outra representação. Priscila questiona se Renata está afastada.  
393 Fabíola confirma e diz que a Renata está de pré-candidata a vereadora. Guilherme diz que há  
394 uma reflexão a ser feita: explica que não tem nada contra a cidade, e diz que o CMDCA de  
395 Capivari é um ótimo conselho em comparação com outros conselhos do Estado, tem questões  
396 positivas, porém, diz que cabe enquanto assessor fazer observações sobre utilizar o recurso  
397 existente no FIA, para, por exemplo: promover o protagonismo infanto-juvenil, projetos de  
398 meditação em sala de aula, trabalhar o lúdico, e diz que devem pensar quantos ganhos também  
399 para a educação, onde tem grandes demandas. Fabíola diz que assim como a Alessandra está a  
400 pouco tempo na prefeitura e questiona se a Secretaria de Educação pode utilizar o recurso do  
401 FIA. Guilherme confirma e explica que só não podem utilizar o recurso para a manutenção,  
402 assim como para o Conselho tutelar, para a Secretaria de Saúde. Fabíola questiona se seriam  
403 projetos voltados para crianças e adolescentes como o CEACA faz. Guilherme diz que, por  
404 exemplo, não pode pagar melhorias de estrutura, estrutura de banda. Guilherme diz que é uma  
405 visão errônea que muitos conselheiros têm de achar que o governo não pode apresentar projetos  
406 e afirma que podem. Guilherme diz que não precisam seguir a sugestão do Murilo Digiácomo de  
407 fazer reuniões semanais, mas que as coisas sejam deliberadas, feitas, e pede para imaginar  
408 quantas crianças poderiam estar protegidas e diz que esse é o futuro que quer. Dafna diz que é o  
409 que queremos, e diz que o André diz que fazem e fazem, mas o resultado não vem, e relata que  
410 todos têm suas metas individuais, porém o conselho tem metas conjuntas, são engrenagens, onde  
411 cada um tem o seu ritmo. André passa ao próximo item, informando que a comissão de normas  
412 tem sugestões de mudanças estruturais com relação ao registro de entidades e programas. André  
413 diz que a sugestão é de alteração da Res. n.º 02/2014 do CMDCA, com relação à digitalização  
414 do formulário de registro de entidades e programas e mudança de prazo (de 30 para 5 dias) para

415 a entidade solicitar a revisão dos documentos encaminhados pela entidade ao CMDCA e de  
416 período para registro/renovação das entidades, programas e projetos (proposto de até 5/10 ), para  
417 análise dos registros pela comissão (proposto até 15/10 ); para entrega e a análise das pendências  
418 pela comissão caso houver (proposto até 23/10); para deliberação da plenária sobre os registros  
419 aprovados ( proposto na ordinária de 29/10); Dafna observa que foram recebidos os registros  
420 físicos de algumas APPs, e explica que a análise foi paralizada pela questão da pandemia, e que a  
421 sugestão é que as entidades se inscrevam através de link, com novas datas propostas, visando  
422 finalizar o assunto até novembro, e explica que essa análise é importante para fazer o fórum das  
423 entidades. Dafna diz que irão analisar as documentações das oito entidades que entregaram e diz  
424 que a comissão irá verificar as questões que estão pendentes em respeito a quem já se inscreveu e  
425 informa que foram feitas duplas, diz que Rosa e ela irão se reunir amanhã à tarde para verificar e  
426 que posteriormente levarão para a comissão. Dafna diz que a sugestão é fazer um formulário on-  
427 line através do Google forms. André diz que estará na resolução a obrigatoriedade da  
428 digitalização dos documentos e diz que a sugestão é passar de 30 (trinta) para 5 (cinco) dias a  
429 análise das pendências. André diz que será feito um formulário digital com a possibilidade de  
430 inclusão de anexos, provavelmente em PDF. André diz que a questão da definição de datas  
431 podem realizar em outro momento. Dafna diz que as datas precisam ser deliberadas, pois iniciam  
432 na próxima semana. André explica que nesse momento coloca primeiramente esses itens em  
433 deliberação. Sabrina questiona se pode fazer uma Resolução nova, revogando a Resolução n.º  
434 02/2014 e as alterações de 2018, pois já houveram diversas alterações e facilitaria se as  
435 informações estivessem todas em uma só resolução, explicando que se a entidade a procurar terá  
436 que imprimir mais de uma resolução, podendo gerar confusão nas informações, e explica que a  
437 sugestão seria apenas organizar tudo o que foi alterado em uma só resolução. Dafna diz que não  
438 foi isso que a comissão decidiu, e se for essa a proposta teria que retornar para a análise da  
439 Comissão. André diz que em outro momento, quando for atualizada a lei retornam nesse assunto  
440 e atualizam. Sabrina diz que sugeriu apenas devido facilitar o entendimento e a disponibilização  
441 para as entidades, porém acata a decisão dos conselheiros. André diz que fica registrada essa  
442 sugestão. André diz que sobre as datas a sugestão da Comissão de normas é: período para  
443 registro/renovação das entidades, programas e projetos (proposto de até 5/10 ), para análise dos  
444 registros pela comissão (proposto até 15/10 ); para entrega e a análise das pendências pela  
445 comissão caso houver (proposto até 23/10); para deliberação da plenária sobre os registros  
446 aprovados ( proposto na ordinária de 29/10); Conselheiros concordam por unanimidade. Rosineta  
447 questiona se o Clube Esperança irá sair e quando. André observa que devem observar o que diz o  
448 estatuto da entidade. Rosineta diz que já foi verificado que não tem questão que envolva criança e  
449 adolescente no estatuto e informa que o clube esperança neste ano não está funcionando. André  
450 diz que a representação do Clube esperança sempre esteve presente e observa que Nete é pessoa  
451 da comunidade e por isso também é importante a participação e diz que a entidade pode verificar  
452 para atualizar o estatuto. Rosineta diz que a participação será difícil e acredita que o Clube  
453 Esperança irá desistir, devido não realizar a alteração do estatuto. André diz que os registros  
454 ainda serão analisados em 29/10. André informa que tem um assunto para a palavra-livre sobre a  
455 resolução n.º 217/2020 do CMDCA, que chama o grupo de trabalho da rede para realizar a  
456 análise do projeto de combate à negligência. André diz que seu art. 2º diz que: O grupo de  
457 trabalho será responsável por analisar e adaptar o projeto de combate à negligência à realidade  
458 atual de isolamento social devido a COVID, para viabilizar a sua execução por entidades  
459 interessadas, através de chamamento público a ser realizado posteriormente; André informa que  
460 saiu o CREAS e a Sec. de Educação, e entrou Dafna, Alessandra do Conselho Tutelar e Tatiana  
461 do CRAS, e informa que o projeto saiu, e diz que apresentará em tela, pois o prazo disposto no  
462 art. 3 da Resolução é para realizar a apresentação foi hoje. Sabrina observa que deveriam ter  
463 encaminhado antecipadamente por e-mail, para a análise dos conselheiros. André explica que o  
464 projeto foi terminado ontem. Guilherme sugere o assunto ser pauta da próxima reunião, deixar  
465 para todos lerem, sendo um dos primeiros assuntos em pauta da próxima reunião plenária.  
466 Guilherme diz que assim ficará um debate mais qualificado e com um maior número de

467 conselheiros presentes. André concorda com a fala do Guilherme, porém pensou em apresentar  
468 em cumprimento do prazo e sugere que assim que Sabrina receber no e-mail do CMDCA  
469 encaminhar aos conselheiros. Guilherme pede que encaminhe a ele enquanto assessor.  
470 Conselheiros concordam. Priscila diz que teria uma questão sobre o SIPIA, e informa que estão  
471 sendo cobrados pela utilização do SIPIA, e explica que até então não utilizavam por questões de  
472 computador, internet, e diz que tiveram uma capacitação onlinem, porém explica que não foi tão  
473 produtiva quanto seria presencialmente, e que devido à pandemia foi realizada à distância. E diz  
474 que buscou orçamento com a Cíntia, que trabalhou no conselho tutelar de Tubarão para realizar  
475 uma capacitação, onde seriam dois sábados o dia todo, Priscila diz que não sabe se será aprovado  
476 nesse momento por questão da lei eleitoral. André diz que podem fazer compra direta como a  
477 questão da capacitação da família acolhedora, porém devem pegar outros dois orçamentos.  
478 Sabrina observa que a questão da capacitação da Família Acolhedora já foi pontuada no ano  
479 passado e portanto foi gasto previsto no plano de ação e aplicação. Guilherme diz que de devem  
480 pegar três orçamentos para fazer a métrica, saber se está na média de preço, por exemplo: se uma  
481 assessora cobra mil, outra mil e um pelo mesmo serviço, não irão contratar a que pede dez mil, e  
482 diz que devem analisar o currículo da profissional que está vindo. Sabrina informa que em outro  
483 momento a Graziela da ACCT havia encaminhado um orçamento para o e-mail do CMDCA, e  
484 sugere que solicitem a ela um orçamento atualizado. André diz que o CMDCA aguarda o  
485 encaminhamento por e-mail e agradece a presença dos presentes, que permaneceram até o final  
486 da reunião: Rosineti, Dafna, Fabíola, Hamilton, Priscila, Sabrina e em especial o assessor  
487 Guilherme. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às onze horas e trinta e  
488 cinco minutos. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de assistente  
489 administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos  
490 membros presentes.